



**LEI Nº 3.365, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL  
DE ÁREAS DE CONVIVÊNCIA PARA  
ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO “PRAÇA  
PET” NO MUNICÍPIO DE BAIXO  
GUANDU, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**Autor:** Vereadores Jean Coelho e  
Wladimir Rocha

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU**, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no âmbito do Município de Baixo Guandu, o Programa Municipal de Áreas de Convivência para Animais de Estimação – ACAE, denominado “Praça Pet”, destinado à disponibilização de espaços públicos adequados para o passeio, recreação e socialização de animais domésticos acompanhados de seus tutores, promovendo o bem-estar animal, a saúde pública e a convivência comunitária.

**CAPÍTULO II**

**Da Estrutura e Infraestrutura**

**Art. 2º** As Praças Pet poderão ser implantadas em áreas públicas previamente delimitadas, devendo conter, sempre que possível:

- I – Cercamento com sistema de entrada e saída segura;
- II – Suportes com dispensers de sacolas para coleta de dejetos;
- III – Lixeiras específicas com tampa;
- IV – Bancos e áreas de descanso;
- V – Bebedouros para animais e pessoas;



- VI – Piso drenante e/ou gramado adequado;
- VII – Iluminação pública e sinalização educativa;
- VIII – Acessibilidade plena para pessoas com deficiência;
- IX – Segregação de espaços para animais de portes diferentes, sempre que a dimensão da área e a demanda permitirem, visando a segurança dos usuários;
- X – Áreas sombreadas, naturais ou artificiais, que garantam conforto térmico;
- XI – Placas educativas sobre guarda responsável, vacinação obrigatória e normas de convivência.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Gestão e Uso**

**Art. 3º** Compete ao Poder Executivo, caso venha a instituir o Programa:

- I – Selecionar e implantar os locais das Praças Pet;
- II – Regulamentar critérios técnicos de segurança, higiene, conservação e manutenção;
- III – fixar regras de utilização, incluindo requisitos de vacinação obrigatória, controle de parasitas e a exigência de uso de coleira, guia e focinheira para animais que, por legislação federal ou estadual, demandem o acessório, bem como horários de funcionamento.

§ 1º A administração cotidiana das Praças Pet poderá ser objeto de termos de cooperação ou de adoção por entidades privadas, organizações da sociedade civil ou empresas, sob fiscalização do Poder Executivo.

**Art. 4º** O tutor é responsável pela guarda de seu animal dentro das Praças Pet, devendo zelar pela sua segurança, retirar imediatamente os dejetos produzidos e responder por danos ou infrações causados.

**Art. 5º** É vedado:

- I – Abandonar animais nas Praças Pet;
- II – Comercializar produtos ou serviços sem autorização;
- III – Utilizar o espaço para atividades que comprometam a segurança ou higiene.



**Parágrafo único.** O descumprimento do disposto neste artigo, bem como das regras de utilização fixadas pelo Poder Executivo, sujeitará o tutor responsável às penalidades de advertência, multa administrativa e suspensão temporária de uso, cujos valores e critérios serão definidos em regulamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Parcerias e Sustentabilidade**

**Art. 6º** O Município fica autorizado a firmar parcerias, convênios ou termos de cooperação com entidades privadas, organizações da sociedade civil e órgãos públicos para implantação, manutenção e adoção de Praças Pet, observada a legislação vigente.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, ficando sua implementação condicionada à prévia e suficiente previsão na Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como à observância da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 8º** O Poder Executivo fica autorizado a adotar as medidas necessárias à regulamentação e execução desta Lei, definindo normas complementares de utilização, procedimentos de fiscalização, aplicação de penalidades e manutenção das Praças Pet.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

  
**LASTÊNIO LUIZ CARDOSO**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 23/12/2025

  
**PYETRA DALMONÉ LAGE PAIXÃO**  
Secretária Municipal de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

***CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO***

*(Publicação Mural – Art. 90, Lei 1380/90 – Emenda 013/2005)*

**PYETRA D. L. PAIXÃO**, Secretária  
Municipal de Administração, por  
nomeação na forma da Lei.

*CERTIFICA* ter sido afixado, nesta data, no Mural da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – ES, a **Lei nº 3.365**, de 23 de dezembro de 2025, que “**Autoriza o poder executivo a instituir o Programa Municipal de Áreas de Convivência para animais de estimação “Praça Pet” no município de Baixo Guandu, e dá outras providências**”, nos termos do disposto no art. 90, inciso II, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de abril de 1990 – **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**.

*Baixo Guandu (ES), 23 de dezembro de 2025.*

**PYETRA D. L. PAIXÃO**  
Secretária Municipal de Administração